

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

ADMINISTRAÇÃO:

Gestão, liderança e inovação 3



Atena
Editora
Ano 2022

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

ADMINISTRAÇÃO:

Gestão, liderança e inovação 3



Atena
Editora

Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Administração: gestão, liderança e inovação 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
A238	<p>Administração: gestão, liderança e inovação 3 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0746-1 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.461221611</p> <p>1. Administração. 2. Planejamento. 3. Gestão. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 658</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Este livro foi intitulado como “Administração: Gestão, Liderança e Inovação 3”, por ser um trabalho que dá continuidade a duas obras anteriores, ao manifestar uma agenda de estudos comprometida para apresentar uma relevante agenda contemporânea de estudos com base em um tripé conceitual com crescente relevância empírica nas atividades de planejamento, gestão e no desenvolvimento institucional e organizacional.

Estruturado em dezenove capítulos, o presente livro apresenta uma abordagem caleidoscópica sobre o campo empírico da Administração, demonstrando assim como uma multifacetada análise de temas, estudos de caso e marcos teórico-conceituais sobre a realidade organizacional, fornecendo assim relevantes subsídios para a construção epistemológica do próprio pensamento científico.

A construção desta obra somente foi possível em função de um trabalho coletivo executado por meio de uma rede de colaboradores que se caracteriza como uma comunidade epistêmica internacional ativa na construção do pensamento científico em Administração, com contribuições advindas de instituições públicas e privadas de Ensino Superior do Brasil, México, Peru e Portugal.

Por um lado, o recorte metodológico desta obra é caracterizado pela natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e pela adoção da abordagem quali-quantitativa quanto aos meios, fundamentando-se pelo uso convergente do método dedutivo e partindo de marcos de abstração histórica-teórica-legal até se chegar à análise empírica de fatos e estudos de casos.

Por outro lado, o recorte teórico de estruturação das pesquisas deste livro é fundamentado por um conjunto diferenciado de debates em cada um dos dezessete capítulos, demonstrando assim, como resultado global, a existência de um paradigma eclético de fundamentos teóricos e conceituais que reflete o esforço do pluralismo teórico-analítico de um grupo plural de pesquisadores de diferentes países.

Em razão das discussões levantadas e dos resultados apresentados após um marcante rigor metodológico e analítico, o presente livro caracteriza-se como uma obra amplamente recomendada para estudantes em cursos de graduação e pós-graduação ou mesmo para o público não especializado na área de Administração, por justamente trazer de modo didático e linguagem acessível novos conhecimentos sobre a atual e prospectiva realidade administrativa.

Excelente leitura!

CAPÍTULO 1	1
A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA: AGRICULTURA FAMILIAR E PRÁTICAS ECOLÓGICAS	
Josimari de Brito Morigi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4612216111	
CAPÍTULO 2	10
COMPARILHAMENTO DE INFORMAÇÕES NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO E DA APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO	
Priscilla Lopes Bertolino	
André Mateus Bertolino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4612216112	
CAPÍTULO 3	27
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: FATORES QUE INFLUENCIAM O COMPORTAMENTO DE COMPRA DO PÚBLICO FEMININO ADULTO	
Sarah Isabel Resende Silveira	
Vanessa Magalhães Santos	
Adriano Camarano Corrêa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4612216113	
CAPÍTULO 4	64
CRIAÇÃO E APLICAÇÃO DE JOGOS DE EMPRESAS: A EXPERIÊNCIA PERSONAL LEAD GAME	
Francisco Henrique dos Santos Silva	
Átila de Freitas	
Samara Mirian Nobre de Castro	
Priscila Gomes de Araújo Vidal Freitas	
Marcos Wender Santiago Marinho	
Ana Beatriz Bernardes Oliveira	
Sildácio Lima da Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4612216114	
CAPÍTULO 5	70
MANTENDO ACESA A CHAMA DO CANDEEIRO: ENSAIO SOBRE OS PRÓXIMOS PASSOS DO SANEAMENTO RURAL SOB AS LENTES DE QUEM FOMENTA O AGRONEGÓCIO NA BAHIA	
Alisson Santos Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4612216115	
CAPÍTULO 6	91
CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO DA INSERÇÃO DO MEL NA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG	
Paulo Giovanni Giarola	
Leonardo Luiz Santos Rodrigues	

Eduardo Giarola

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4612216116>

CAPÍTULO 7 109

GESTÃO PÚBLICA ALIADA À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA NA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Rafael Souza e Silva

Flávia Helena Batista de Oliveira Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4612216117>

CAPÍTULO 8 119

EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESENVOLVENDO TECNOLOGIA SOCIAL APLICADA À EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Bárbara Cassandra Vita Barbosa

Emanuel Ferreira Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4612216118>

CAPÍTULO 9 129

ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TEÓFILO OTONI-MG ATRAVÉS DE ESCOLA DE GOVERNO

Ana Maria de Oliveira Rodrigues

Simão Pereira da Silva

Ronan Pereira Capobianco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4612216119>

CAPÍTULO 10..... 149

O PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E O EXCESSO DO PODER PUNITIVO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Robert Resende de Castro

Ana Paula Rodrigues

Douglas Carvalho de Assis

Rauli Gross Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46122161110>

CAPÍTULO 11 164

DESARROLLO DE UN SIMULADOR FINANCIERO DE PORCIENTOS INTEGRALES MEDIANTE LA METODOLOGÍA XP

Ana Luisa Ramírez Roja

Juan Pedro Benítez Guadarrama

Oscar Ordaz Coronado

Sonia Guadalupe Morales Martínez

Luis Eduardo Morales Martínez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46122161111>

CAPÍTULO 12.....	177
IMPACTO DE RECAUDACIÓN TRIBUTARIA EN EL DESARROLLO SOCIAL DE LA REGIÓN PUNO PERÚ	
Gerardo Hugo Flores Mestas	
Ronald Raul Arce Coaquira	
Alexander Huayta Vilca	
Eliana Lisbeth Arce Coaquira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46122161112	
CAPÍTULO 13.....	192
INBOUND METHODOLOGY AS A PROPOSAL IN A DIGITAL MARKETING PLAN FOR THE RESTAURANT SECTOR OF PUEBLA CITY, MÉXICO	
Maritzelena Zamora García	
Kathy Laura Vargas Matamoros	
Crisanto Tenopala Hernández	
José Luis Moreno Rivera	
Antonio Solís Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46122161113	
CAPÍTULO 14.....	201
PROCEDIMIENTO PARA EL RECLUTAMIENTO, SELECCIÓN E INDUCCION DEL PERSONAL EN EMPRESAS MEXICANAS	
Víctor Manuel Piedra Mayorga	
Rafael Granillo Macias	
Miguel Angel Vázquez Alamilla	
Raúl Rodríguez Moreno	
Miriam Leilani Piedra Guzmán	
Maria Eugenia Alcantara Hernández	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46122161114	
CAPÍTULO 15.....	218
STRATEGY FOR THE DEVELOPMENT OF YOUNG RESEARCHERS AT THE INSTITUTO TECNOLÓGICO SUPERIOR DE FRESNILLO	
José de Jesús Reyes Sánchez	
Juan Antonio González Sáenz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46122161115	
CAPÍTULO 16.....	227
REESTRUTURAÇÃO: QUAIS OS IMPACTOS DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO NA PERFORMANCE DAS EMPRESAS EUROPEIAS?	
Susana Carreira Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46122161116	
CAPÍTULO 17.....	242
O ESSENCIAL SOBRE OS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS COTADAS	

EM MERCADO REGULAMENTADO EM PORTUGAL

Ângelo Martins

Pedro Matias

Miguel Gonçalves

Sónia Rito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46122161117>
CAPÍTULO 18.....254

INTEGRAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

Larissa Vale Diniz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46122161118>
CAPÍTULO 19.....265

PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL NAS PMES PORTUGUESAS

Rui Silva

Galvão Meirinhos

Amélia Carvalho

Ana Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46122161119>
SOBRE O ORGANIZADOR.....297**ÍNDICE REMISSIVO.....298**

IMPACTO DE RECAUDACIÓN TRIBUTARIA EN EL DESARROLLO SOCIAL DE LA REGIÓN PUNO PERÚ

Data de aceite: 01/11/2022

Gerardo Hugo Flores Mestas

Universidad Nacional de Moquegua
Moquegua - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-9565-4423>

Ronald Raul Arce Coaquira

Universidad Nacional de Moquegua
Moquegua - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-6546-0038>

Alexander Huayta Vilca

Universidad Nacional de Juliaca
Puno - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-0280-7161>

Eliana Lisbeth Arce Coaquira

Universidad Nacional del Altiplano
Puno – Perú
<https://orcid.org/0000-0001-8383-1253>

RESUMEN: El objetivo del estudio fue evaluar el impacto de la recaudación tributaria en el desarrollo social de la Región Puno Perú del período 2005-2015. La población estuvo conformada por funcionarios de Instituciones Públicas de las 13 Municipalidades Provinciales, 96 Municipalidades distritales, se levantó encuestas a partir de muestro no probabilístico; inducido y por conveniencia

entrevistando a doce de sus funcionarios, aplicando el Test Variable uno y el Test Variable dos. La recaudación tributaria fue configurado en dos dimensiones: Recaudación de Impuestos, y Eficiencia del Presupuesto Público. Para la Calidad de Vida, se usó cuatro dimensiones: Calidad de Vida en las Sociedades, Obras Públicas, Impacto Social, y Desarrollo de la Sociedad también con escalas cualitativas nominales y ordinales. Se utilizaron estadísticos, “T” de student y Chi cuadrado, con una confiabilidad del 95% y un margen de error del 5%. Los resultados, indican que existe una correlación lineal “rho de Spearman”, 0.258 con una “T” calculada del 0.418, superior al coeficiente de correlación. Se concluyó que no existe relación entre la recaudación tributaria del periodo 2005 – 2015 y la mejora de condiciones de vida en la sociedad de la región de Puno, La variable recaudación tributaria se aproxima a afirmar que no hay una buena recaudación tributaria ($1.92=2.00$) en el periodo 2005 al 2015 con una fluctuación de 0.515; en cuanto al desarrollo social, se aprecia que las respuestas que no se mejora (2.17) en lo absoluto, con una variabilidad de 0.389, procesos que inducen que deben buscarse políticas públicas alternativas para la

ciudadanía.

PALABRAS CLAVE: Control Interno, Desarrollo Social, Control Presupuestario Público, Impacto Social, Obras Públicas, Recaudación Tributaria.

IMPACT OF TAX COLLECTION ON THE SOCIAL DEVELOPMENT OF THE PUNO PERU REGION

ABSTRACT: The objective of the study was to evaluate the impact of tax collection on the social development of the Puno Peru Region from 2005-2015. The population was made up of officials from Public Institutions of the 13 Provincial Municipalities, 96 district Municipalities, through non-probabilistic sampling; induced and for convenience interviewing twelve of its officials, applying Variable Test one and Variable Test two. The tax collection was configured in two dimensions: Tax Collection, and Public Budget Efficiency. For the Quality of Life, four dimensions were used: Quality of Life in Societies, Public Works, Social Impact, and Development of the Society also with qualitative nominal and ordinal scales. statistical, “T” of student and Chi square, with a 95% reliability and a margin of error of 5% were used. The results indicate that there is a linear correlation “Spearman’s rho”, 0.258 with a calculated “T” of 0.418, higher than the correlation coefficient. Consequently, it was concluded that there is no relationship between the tax collection of the 2005-2015 period and the improvement of the living condition of the society in the Puno region. The tax collection variable is close to affirming that there is no good tax collection ($1.92 = 2.00$) in the Puno region from 2005 to 2015 with a fluctuation of 0.515; Regarding social development, it can be seen that the answers are not improved (2.17) at all, with a variability of 0.389.

KEYWORDS: Internal Control, Social Development, Public Budget Control, Social Impact, Public Works, Tax Collection.

INTRODUCCIÓN

En el Perú, en los últimos 10 años, la recaudación tributaria ha tenido un impacto negativo en el desarrollo social de la Región de Puno, debido a que los gobiernos regionales y municipales (provinciales y distritales) son normados y fiscalizados por sus propios órganos de control y fiscalización (Ñáñez, 2017; Flores, 2015); también por organismos (auditores externos) con la atribución de realizar un seguimiento exhaustivo sobre sus actuaciones por mandato legal y constitucional (Acuña, 2018; Armas, 2016). Asimismo, están sujetos a la supervisión e intervención de la Contraloría General de la República, que organiza un modelo de control permanente y descentralizado (Ñáñez, 2017). La Contraloría General de la República es el ente técnico rector del Sistema Nacional de Control, cuyo alcance abarca las instituciones de carácter sectorial, regional, institucional o regulado por cualquier otro ordenamiento organizacional, para realizar servicios de auditoría económica, financiera, de sistemas informáticos, de medio ambiente y otros (Alarcón, 2016). Estos gobiernos proponen sus presupuestos con plena participación de los actores de gobierno y la ciudadanía; además rinden cuenta de la planeación y ejecución en periodos anuales,

bajo su responsabilidad, de acuerdo al Artículo 199° de la Constitución Política (Congreso de la República del Perú, 1993).

Todos los tributos son parte de una creación, modificación o derogación. Además, se establecen exoneraciones según ley o decretos en caso que se deleguen facultades, excepto en situaciones de tasas y aranceles, los que son regulados a través de decretos supremos (Congreso de la República del Perú, 1993; Ruíz, 2017); los decretos de urgencia y las leyes de presupuesto no están expeditas de contener normas en materia tributaria. Por otra parte, las leyes relacionadas a aquellos tributos de periodicidad anual entran en rigor desde el primero de enero del siguiente año a su promulgación (Quinteros, 2018; Landa, 2016).

Los ingresos de los gobiernos regionales y municipales, tienen un origen en aquellos impuestos que han sido recaudados por el gobierno central, mediante el Impuesto de Promoción Municipal y el Impuesto a la Renta, que forma parte del Impuesto General de las Ventas (Durán, 2017). No obstante, existen otros ingresos como los Recursos Directamente Recaudados (RDR), pero es materia de otro análisis distinto al de los tributos.

Por su parte, en la Región Puno, a diciembre del 2015, los ingresos tributarios que han sido recaudados totalizaron los S/ 54,8 millones, monto que representó un crecimiento de 0.7%. La mayor recaudación del IR y del IGV respaldó este avance, al registrar un incremento de 1.5% y 7.2%, respectivamente. Lo que significa que esta región aportó el 9.5% en la recaudación total de los ingresos tributarios en esta parte del país. Por otro lado, en el 2015, los ingresos tributarios lograron alcanzar S/ 300.7 millones (-1.8% en comparación con el 2014). (Acosta, 2017). La Región Puno, a nivel de la Macroregión Sur, ocupó el tercer lugar en Recaudación tributaria al 2016, al alcanzar los 251.5 Millones de Soles del 2009, superando a Tacna, Moquegua y Madre de Dios. El problema se centra en la deficiente recaudación tributaria por parte de los responsables de la SUNAT regional (Chau, 2017), que contribuye a un menor desarrollo social de la región de Puno desde el periodo 2005 – 2015.

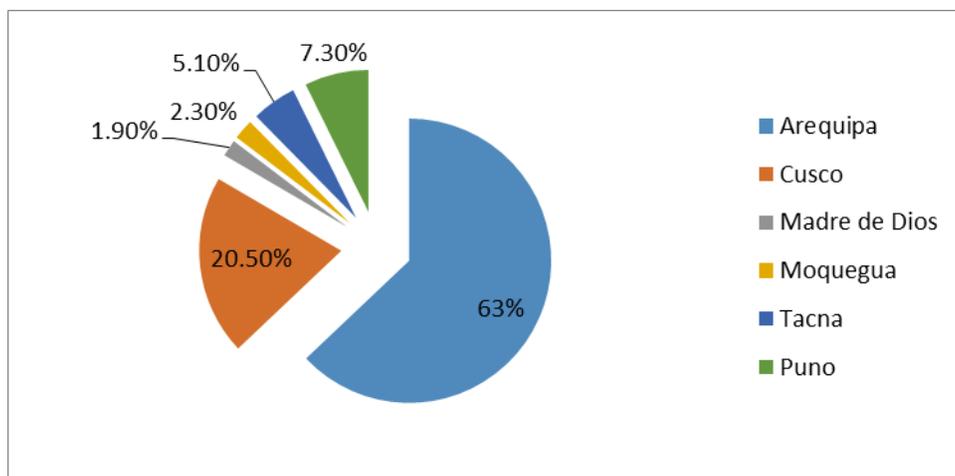


Figura 1. Contribución por regiones

Fuente: CIE Perú Cámaras

Se logró evidenciar que existen medidas correctivas que han sido recomendadas por la Cámara Nacional de Comercio, Producción, Turismo y Servicios, a través del incremento de la Recaudación Tributaria al 2015 en la región de Puno, que no han sido tomadas en cuenta, habiendo sido archivadas (Chau, 2017).

Las limitaciones de la voluntad política del Estado, en los últimos años, provocaron vacíos legales y políticos para que se lleve a cabo procesos para implementar medidas correctivas en materia de tributación (Rojas, 2017). Tampoco se evidenció ayuda técnica para desarrollar y superar las limitaciones vinculadas a la tributación. Sólo algunas medidas fueron recomendadas, pero no se tomó en cuenta el efecto del costo/beneficio, situación que impide una correcta implementación (Tavares, 2014). No se cumplieron los estándares, prerrogativas y normas vinculadas a la implementación de medidas correctivas en el Gobierno Regional e Instituciones recaudadoras de impuestos (Avilés, 2017).

La ausencia de implementación de medidas correctivas no logró facilitar la efectividad, eficiencia, economía y la competitividad de las instituciones regionales y municipales. (Pacco, 2016). No se lograron ejecutar objetivos, metas y la misión institucional, hubo un deterioro profundo de la credibilidad de los funcionarios, autoridades y trabajadores. Se generó una completa desconfianza institucional por parte de los mismos empleados y trabajadores, pero básicamente de los vecinos del gobierno municipal (Ramón, 2014).

Se planteó determinar la relación entre la recaudación tributaria y su consecuente impacto en el desarrollo social de la población de la Región Puno, debido a que aporta con el 1.48% de las exportaciones tradicionales¹ del país (Juli, 2015), orientado a estimar

1 Sectores; Minería, Petróleo y Gas Natural, Pesquero y Agrícola.

2. Instituciones donde se llevó a cabo la Investigación: Gobierno Regional de Puno, Municipalidad Provincial de Puno, SUNAD.

el impacto que puede traer consigo la recaudación tributaria, que se traduce en obras básicas, como: agua, alcantarillado, salubridad, energía eléctrica, en las zonas más pobres de la Región de Puno, a pesar de los altos índices de informalidad y morosidad en la ejecución de las obligaciones tributarias (Aucapuri, 2018).

Por lo mencionado, el objetivo del estudio fue evaluar el impacto de la recaudación tributaria en el desarrollo social de la Región Puno Perú del período 2005-2015, sus consecuencias adversas incide directamente a sus usuarios.

MATERIALES Y MÉTODOS

El procedimiento metodológico partió con el enfoque cuantitativo complementado con el enfoque cualitativo, debido a que se aplicó la estadística descriptiva y un diseño de estadística inferencial analítica (correlación de Spearman) (Hernández, Fernández, & Baptista, 2017). Según Palomino (2010), la correlación implica relacionar o asociar dimensiones o unidades de análisis. Aplicándose el coeficiente de correlación de "Pearson", como medida de asociación entre dos variables, simbolizado por la "r"; es decir, fue correlacional, debido a que tuvo como propósito determinar la relación entre la recaudación tributaria, con la calidad de Vida (Hernández, Fernández, & Baptista, 2017).

En cuanto al diseño de investigación, el estudio fue longitudinal, analítico, observacional y retrospectivo (Rodríguez, Barrios, & Fuentes, 2017). Además de longitudinal, porque se estudió dos aspectos de la recaudación tributaria como recaudación de impuestos y la eficiencia del presupuesto público, en distintos momentos, fue analítico, porque se relacionaron dos variables, fue observacional porque no se modificaron ni manipularon variables, fue retrospectivo porque la información fue utilizada para analizar un periodo comprendido entre el año 2005 y 2015.

El estudio estuvo orientado a la identificación de la relación entre dos variables (Quezada, 2017), porque se contrastó la teoría de la Recaudación tributaria en base a recaudación de impuestos y la eficiencia del presupuesto público con la variable Calidad de Vida en la región de Puno, en los años 2005 al 2015.

La población de estudio estuvo conformada por funcionarios de las Instituciones Públicas de la región Puno, es decir de 13 Municipalidades Provinciales, 96 Municipalidades distritales y 319 Centros Poblados; con 16 consejeros regionales, para mencionar a los que aplican el gasto público en el mejoramiento de la calidad de vida de la región Puno. La población seleccionada estuvo conformada por 7 personas que están directamente relacionados con la calidad de vida y la recaudación tributaria. Con la calidad de vida, porque como autoridades, deben cumplir con la función de llevar una adecuada gestión, y en cuanto a la recaudación tributaria, deben ser conscientes que desde sus espacios debe sensibilizarse a la población a que cumplan con sus obligaciones tributarias, no sólo en cuanto a arbitrios municipales, sino también en cuanto a su relación con la SUNAT.

Las instituciones que aportan de diversas formas con los ingresos tributarios en la región Puno, son las Oficinas de la SUNAT y SUNAD Puno, que realizan operativos de cumplimiento de pagos de impuestos en la región de Puno; y las 28,905 empresas privadas manufactureras y no manufactureras registradas en el Ministerio de la Producción.

Se trató de una muestra no aleatoria ni probabilística, es decir fue intencional, de juicio, de opinión o por conveniencia. Según lo que sostiene Carlos Ochoa (2015), esta muestra permite seleccionar aquellos casos accesibles que acepten ser incluidos. Esto, fundamentado en la conveniente accesibilidad y proximidad de los sujetos para el investigador.

La muestra estuvo compuesta por doce (12) funcionarios de distintas entidades (tres funcionarios de la SUNAT Puno, tres funcionarios y trabajadores actuales y anteriores de la Municipalidad Provincial de Puno, tres funcionarios del Gobierno Regional de Puno, y tres empresarios representativos de la región de Puno).

La justificación de la muestra se debió a la información de ingresos y gastos que manejan las instituciones públicas regionales, que al amparo de la Ley de Protección de los Datos Personales en la Administración Pública (Villanueva, 2016), y el Derecho Constitucional del secreto bancario y la reserva tributaria (Congreso de la República del Perú, 1993), la hacen selecta y confidencial. Por ello, se hizo uso de las personas involucradas en la gestión e implementación de estos recursos en la región. Esta información se tradujo en un resultado del siguiente modelo ecuacional:

$$\text{Inst. Públicas} = f(\text{Gno Regional, Municipalidad, SUNAT Puno, Empresarios})$$

En alguna medida, de conformidad a sus competencias, el Gobierno Regional de Puno, a través de la oficina de Planificación y Presupuesto coordina acciones con las Direcciones Regionales de los sectores y Municipalidades y sus Centros Poblados respecto a la programación de obras de impacto regional y provincial conjuntamente con sus órganos competentes.

En el caso de las Municipalidad Provincial de Puno, se consideró a la oficina de Planificación y Presupuesto, que son las personas encargadas de recibir de primera mano, el monto asignado a su portafolio y de distribuirlo como gasto en la provincia, tanto a las Municipalidades Distritales como Centros Poblados.

En el caso de la Superintendencia Nacional de Administración Tributaria (SUNAT) de Puno, se hizo uso de las oficinas de Planificación y Presupuesto, de las filiales SUNAT Juliaca y SUNAT Puno.

En relación a los materiales, por tratarse de un estudio vinculado al manejo de información, se utilizaron cuestionarios en relación a las variables, con el propósito de detectar la percepción que presentan los funcionarios en relación a la Recaudación tributaria, la calidad de vida y el desarrollo social en la región Puno. Asimismo, se usó respuestas cerradas debido al tiempo y facilidades existentes durante el proceso de

ejecución de investigación. Se usó una escala cualitativa tipo Lickert, valorada con su respectivo equivalente cuantitativo.

Otro de los materiales utilizados fueron las fichas bibliográficas, mediante soporte tecnológico ATLASTI, con el propósito de tomar aportes de textos, normas, libros, revistas científicas, páginas web, documentos virtuales y de todas las fuentes que tengan criterios científicos o formales sobre los tópicos o variables arriba anotados.

También se utilizaron guías de análisis documental, expedientes, normas legales, resoluciones, etc., como indicadores básicos que condujeron a la disposición de la información. Este trabajo fue desarrollado durante la etapa de ejecución de la investigación (año 2016), con el propósito de considerar aspectos básicos de la recaudación tributaria, la calidad de vida y el desarrollo social en la región de Puno.

RESULTADOS

En la Región Puno, la calidad de vida es baja en relación a otras regiones. Esto se debe a diversos factores determinantes, entre los que se encuentra la baja recaudación tributaria. El Índice de Desarrollo Humano (que evidencia la calidad de vida) es de 0,3942, un valor significativamente inferior al promedio nacional de 0,5058.

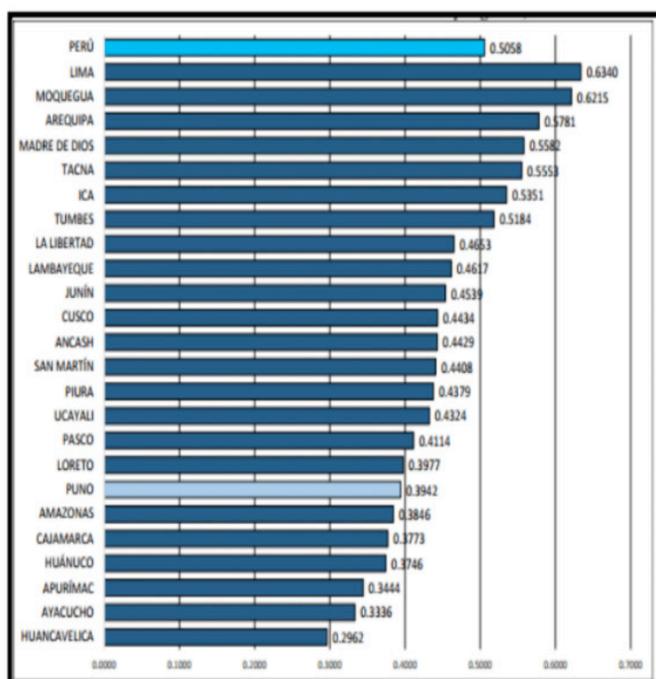


Figura 2. Índice de Desarrollo Humano

Fuente: SINEACE (2017)

a) Recaudación de impuestos y la mejora de la calidad de vida de la sociedad, en la región Puno durante los años 2005 – 2015.

El objetivo general del estudio fue determinar la relación existente entre la recaudación de impuestos y la mejora de la calidad de vida de la sociedad en la región Puno. Para verificar la hipótesis específica se asociaron las variables recaudación de impuestos y mejora de la calidad de vida.

Estadístico de normalidad	Recaudación Tributaria	Calidad de vida
Z de Kolmogorov-Smirnov	.433	.594
Sig. asintót. (bilateral)	.000	.000
N = 12	p < .05	p < .05

Tabla 1. Medida estadística y prueba de normalidad para las dimensiones Recaudación Tributaria y Calidad de vida.

Fuente: Elaboración propia.

Los resultados de la prueba de hipótesis mediante el coeficiente de correlación rho de Spearman, indicaron que entre las dimensiones Recaudación tributaria y calidad de vida existe una correlación positiva baja ($\rho = .258$), aunque no es significativa ($p > .05$) es decir $0.418 > 0.05$.

Variables	rho de Spearman	Sig. (bilat)
Recaudación tributaria	1.000	.000
Calidad de vida	.258	.418
N = 12		p > .05

Tabla 2. Resultados de la correlación entre las dimensiones: Recaudación Tributaria y Calidad de vida.

Fuente: Elaboración propia.

Decisión de la prueba de hipótesis de recaudación de impuestos y mejora de la calidad de vida de la sociedad

Por la prueba $p > .05$, indica que no existe una relación significativa entre la recaudación tributaria y la calidad de vida en la región de Puno, durante los años 2005 – 2015. En consecuencia, el ejercicio del bienestar ciudadano deviene de acciones propias ajenas al accionar del gobierno o sus actores políticos.

En el gráfico 1, se representa la baja correlación entre las dimensiones recaudación tributaria y calidad de vida, debida a la dispersión que presentan los datos de estas.

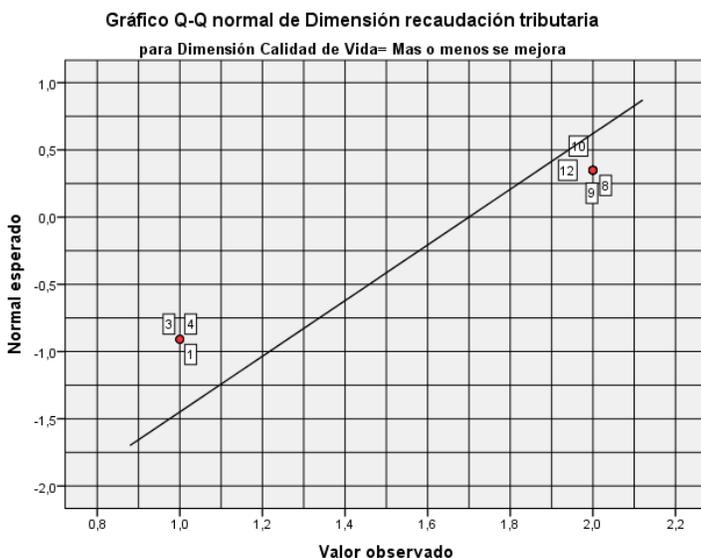


Gráfico 1. Dispersión de datos

b) Los impuestos recaudados en el período 2005 - 2015 y la concreción de obras públicas e impacto social en la sierra y selva de la región Puno

Del objetivo de la pertinencia que si existe relación entre los impuestos recaudados y la concreción de obras públicas e impacto social en la sierra y selva de la región Puno, referida a la recaudación impuestos y concreción en obras públicas.

Estadístico de normalidad	Impuestos recaudados	Obras públicas
Z de Kolmogorov-Smirnov	.460	.552
Sig. asintót. (bilateral)	.000	.000
N = 12	p < .05	p < .05

Tabla 3. Medida estadística y prueba de normalidad para las dimensiones Impuestos Recaudados y Obras públicas.

Fuente: Elaboración propia.

Los resultados de la prueba de hipótesis mediante el coeficiente de correlación rho de Spearman, indicaron que entre las dimensiones Impuestos recaudados y obras públicas existe una correlación unitaria ($\rho = 1.000$), aunque no es posible calcular su significancia (p diferente a .05) es decir $\rightarrow .05$, al tener valores no constantes, no variables en las respuestas.

Variables	rho de spearman	Sig. (bilat)
Impuestos recaudados	.000	.000
Obras públicas	1.000	.000
N = 12		p > .05

Tabla 4. Resultados de la correlación entre las dimensiones Impuestos recaudados y Obras públicas.

Fuente: Elaboración propia.

Decisión de la prueba de hipótesis de impuestos recaudados y concreción de obras públicas

Como la prueba dio “p” es diferente a “.05”, se concluye no se puede calcular, porque uno de los valores no es constante y no tendría una relación significativa entre el impuesto recaudado y las obras públicas en la región de Puno, durante los años 2005 – 2015.

En el gráfico 2, se representa la baja correlación entre las dimensiones Impuestos recaudados y obras públicas, debido a la dispersión que presentan los datos al no ser constantes.

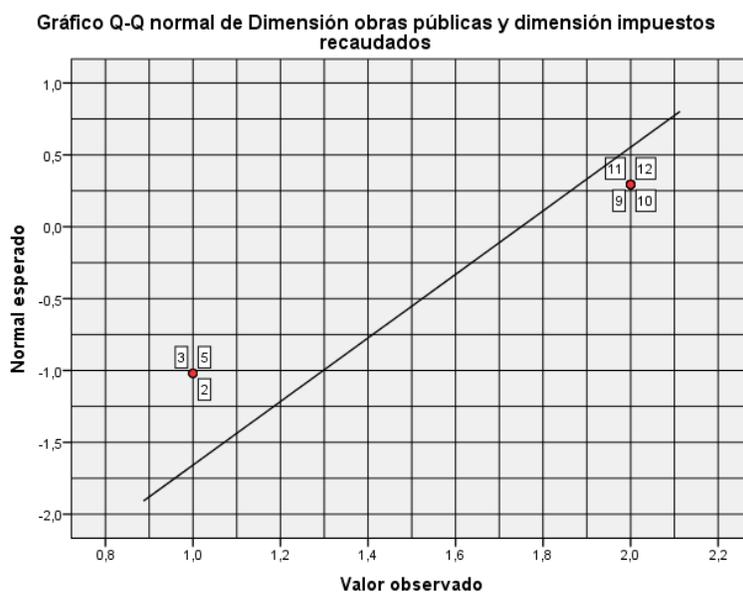


Gráfico 2. Dispersión de datos

c) Eficiencia del gasto del presupuesto público y el desarrollo de la sociedad, en la región Puno durante los años 2005 – 2015

El objetivo general del estudio fue determinar qué relación existe entre la eficiencia del gasto del presupuesto público y el desarrollo de la sociedad, en la región Puno. Para

verificar la hipótesis específica se asociaron las variables eficiencia del gasto y gasto del presupuesto público.

Estadístico de normalidad	Eficiencia del gasto público	Gasto del presupuesto público
Z de Kolmogorov-Smirnov	.499	.374
Sig. asintót. (bilateral)	.000	.000
N = 12	p < .05	p < .05

Tabla 5. Medida estadística y prueba de normalidad para las dimensiones eficiencia del gasto público y gasto del presupuesto público.

Fuente: Elaboración propia.

Los resultados de la prueba de hipótesis mediante el coeficiente de correlación rho de Spearman, indicaron que entre las dimensiones eficiencia del gasto público y gasto del presupuesto público existe una correlación negativa baja ($\rho = -0.378$), aunque no es significativa ($p > .05$) es decir $0.226 > 0.05$.

Variables	rho de Spearman	Sig. (bilat)
Eficiencia del gasto público	1.000	.
Gasto del presupuesto público	-0.378	0.226
N = 12		p > .05

Tabla 6. Resultados de la correlación entre las dimensiones eficiencia del gasto público y gasto del presupuesto público.

Fuente: Elaboración propia.

Decisión de la prueba de hipótesis de la eficiencia del gasto del presupuesto público y el desarrollo de la sociedad

Como la prueba dio $p > .05$, se concluye que no existe una relación significativa entre la eficiencia del gasto público y el gasto del presupuesto público en la región de Puno, durante los años 2005 – 2015.

En el gráfico 3, se representa la baja correlación entre las dimensiones eficiencia del gasto público y el gasto del presupuesto público, debido a la dispersión que presentan los datos.

Gráfico Q-Q normal de Dimensión Eficiencia del gasto público y Gasto del presupuesto público

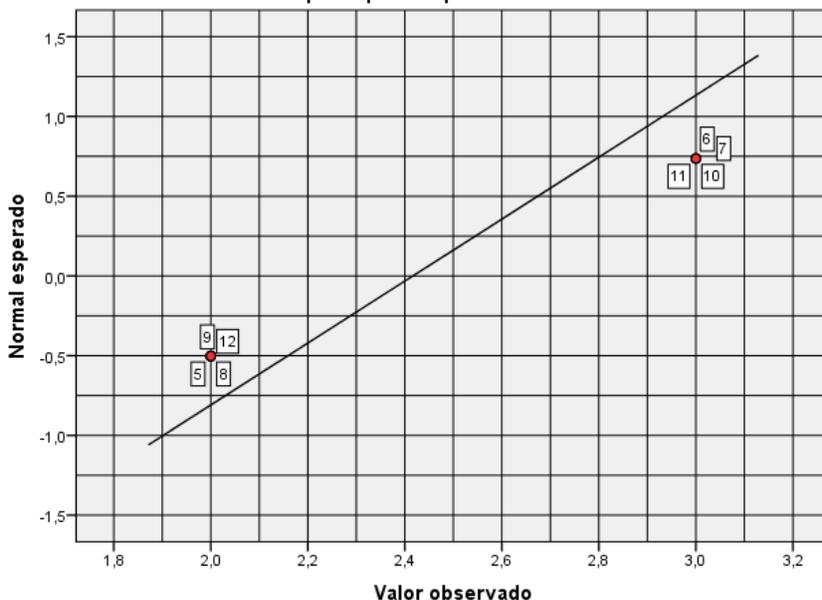


Gráfico 3. Dispersión de datos

DISCUSIÓN

Los resultados del presente estudio indican que existe una relación directa pero baja entre la recaudación tributaria del periodo 2005 – 2015 y la mejora de la calidad de vida de la sociedad de la región de Puno.

Según la medida estadística y prueba de normalidad para las dimensiones recaudación tributaria y calidad de vida, se encontró que el coeficiente de correlación rho de Spearman fue positiva baja ($\rho = .258$), no es significativa ($p > .05$) es decir $0.418 > 0.05$.

Al respecto, en el estudio de Chau (2017), también encontró similares resultados, esta vez determinadas por la Cámara Nacional de Comercio, Producción, Turismo y Servicios, los resultados indican que a través del incremento de la Recaudación Tributaria 2015 en la región de Puno se logra mejorar las condiciones de vivienda, salud y educación de la población.

Por otro lado, la recaudación de impuestos en la Región Puno, se ajusta a una negación de que no existe una recaudación significativa de impuestos ($1.75 = 2.00$) durante los años 2005 al 2015, con una fluctuación de valores del 0.452.

Al respecto, Ñañez (2017) y Flores (2015), encontraron similares resultados, señalan que la recaudación tributaria ha tenido un impacto negativo en el desarrollo social de la Región de Puno, debido a que los gobiernos regionales y municipales (provinciales y

distritales) son normados y fiscalizados por sus propios órganos de control y fiscalización, también por organismos (auditores externos) con la atribución de realizar un seguimiento exhaustivo sobre sus actuaciones por mandato legal y constitucional.

En la misma línea, Acuña (2018) y Armas (2016), encontraron que la recaudación tributaria no tiene una repercusión positiva.

En cuanto a los impuestos recaudados en el periodo 2005 – 2015, no permite la concreción de mayores obras públicas e impacto social en la sierra y selva de la región Puno; lo que significa que no existe una relación directa. También Chau (2017) encontró que las obras públicas se encuentran en un nivel regular, situación que no significa que tenga asociación directa con la recaudación de impuestos.

Respecto de la eficiencia del gasto del presupuesto público, se observó una limitada o nula contribución con el desarrollo de la sociedad puneña, durante los años 2005 – 2015; lo que significa que existe una baja correlación entre las dimensiones eficiencia del gasto público y el gasto del presupuesto público, debido a la dispersión que presentan los datos.

CONCLUSIONES

Primera: No existe relación entre la recaudación tributaria del periodo 2005 – 2015 y la mejora de la calidad de vida de la sociedad de la región de Puno, La variable recaudación tributaria no es buena ($1.92=2.00$) en la región de Puno del 2005 al 2015 con una fluctuación de 0.515; en cuanto al desarrollo social, se puede apreciar que esta variable no se mejora (2.17) en lo absoluto, con una variabilidad de 0.389;

Segunda: La recaudación de impuestos en la región de Puno, no trae consigo una mejora en la calidad de vida de la sociedad en la región de Puno durante los años 2005 – 2015. La recaudación de impuesto en la región de Puno se ajusta a una negación de que no existe una recaudación significativa de impuestos ($1.75= 2.00$) durante los años 2005 al 2015, con una fluctuación de valores del 0.452.

Tercera: Los impuestos recaudados en el periodo 2005 – 2015, no permite la concreción de mayores obras públicas e impacto social en la sierra y selva de la región Puno. Los Impuestos recaudados en la región de Puno, tuvieron una respuesta de que si existe una recaudación significativa (1.00), con una variabilidad de respuesta de 0.000; el 75% de encuestados opina que las obras públicas en la región Puno, está en un nivel regular de mejora, y según el 25%, el nivel está en una mejora adecuada.

Cuarta: La eficiencia del gasto del presupuesto público, no contribuyó con el desarrollo de la sociedad puneña, durante los años 2005 – 2015. La eficiencia del gasto en la región de Puno, obtuvo una respuesta de que no se realiza una buena eficiencia del gasto público en la región a lo largo del 2005 al 2015, con una variabilidad de respuesta del 0.389.

REFERENCIAS

- Acosta, J. (2017). *Guía de negocios e inversiones en el Perú*. Lima: Ministerio de Relaciones Exteriores.
- Acuña, R. (2018). *Planeamiento Estratégico para la Región Madre De Dios*. Lima: CENTRUM.
- Alarcón, E. (2016). *Servicios y Herramientas de control gubernamental*. Lima: Contraloría General de la República.
- Armas, M. (2016). *La auditoría externa y su incidencia en la gestión estratégica de las empresas auditadas del sector privado de la ciudad de Trujillo – periodo 2014*. Trujillo: Universidad Nacional de Trujillo.
- Galicia Bernabe, Yorvi Joel., Araujo Calderón, Wilder Adalberto y Pérez Azahuanche, Nancy. (2018). *Cultura tributaria relacionada al incumplimiento de obligaciones tributarias en empresas del sector ferreterías*. Volumen. 5 (numero.2), doi:<http://dx.doi.org/10.18050/Cientif-k.v5n2a2.2017>.
- Serrano Diaz, Nancy. (2017). *análisis de la Cultura tributaria y su influencia en el cumplimiento de las obligaciones tributarias de los arrendadores de rentas de primera categoría-arrendamiento de predios de personas naturales en la provincia de Abancay 2016*. Volumen. 6 (numero.4), doi:<http://dx.doi.org/10.18050/Cientif-k.v5n2a2.2017>.
- Ruiz Vasquez, Juana. (2017). *La Cultura Tributaria y la Gestión Municipal 2016*. Volumen. 1 (numero.1), doi:<http://dx.doi.org/10.15381/quipu.v25i48.13992>.
- Urrunaga, Roberto. (1997). *Los excesos tributarios: el caso de las exportaciones*. Volumen. 1 (numero.1), doi:<https://doi.org/10.21678/apuntes.40.455>.
- Lopez Cordova; Roberto Carlos. (2014). *La Evasión Tributaria y su consecuencia en el desarrollo economico del país*. Volumen. 1 (numero.1), doi:<https://doi.org/10.21895/increc.2014.v5n2.09>.
- Aucapuri, J. (2018). *Planeamiento estratégico del distrito de Juliaca*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Avilés, L. (2017). *Corrupción en la adquisición y contratación del estado peruano*. Lima: Gestiópolis.
- Chau, E. (2017). *Recaudación tributaria sumaría S/ 104,000 millones y crecería tras 3 años de caída*. Lima: Andina.
- Congreso de la República del Perú. (1993). *Constitución Política del Estado Peruano*. Lima, Lima, Perú: Fondo de Publicaciones del Congreso de la República.
- Durán, L. (2017). *El régimen del impuesto predial en las finanzas públicas de los gobiernos locales*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Flores, E. (2015). *Repercusión del Control Interno en la gestión municipal de la Municipalidad Provincial de San Román*. Juliaca: Universidad Andina Néstor Cáceres Velásquez, Maestría con mención en Gerencia y Control de Gobiernos Locales y Regionales.
- Hernández, R., Fernández, C., & Baptista, P. (2017). *Metodología de la Investigación* (4ª Ed. ed.). México D.F., México: Mc Graw-Hill.

- Juli, C. (2015). *Las exportaciones como factor de la balanza comercial determinante en el crecimiento económico del Perú en el periodo 2000 – 2012*. Puno: Universidad Nacional del Altiplano.
- Landa, C. (2016). *Los decretos de urgencia en el Perú*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Landeau, R. (2017). *Elaboración de trabajos de investigación* (1ª Ed. ed.). Caracas, Venezuela: Editorial Alfa Venezuela.
- Ñáñez, O. (2017). *Caracterización del control interno de las municipalidades del Perú: caso de la Municipalidad Provincial de Yauyos - Lima, 2017*. Chimbote: (Tesis de pregrado) Universidad Católica Los Ángeles de Chimbote.
- Ñáñez, O. (2017). *Gestión administrativa en las Municipalidades de Azángaro y Chocos - Lima, 2017*. Lima: (Tesis pregrado) Universidad César Vallejo.
- Ochoa, C. (29 de Mayo de 2015). *Muestreo no probabilístico: muestreo por conveniencia*. Obtenido de ©netquest 2018: <https://www.netquest.com/blog/es/blog/es/muestreo-por-conveniencia>
- Pacco, M. M. (2016). *Las MYPES y su aporte al Desarrollo Económico de la región Puno del 2006 al 2008*. Puno: Biblioteca Universidad Nacional del Altiplano.
- Palomino, P. (2010). *Técnicas de investigación*. Puno: Universidad Nacional del Altiplano.
- Quezada, N. (2017). *Metodología de la investigación: estadística aplicada en la investigación* (Primera ed.). Lima: MACRO.
- Quinteros, S. (2018). *Normas en materia tributaria según año fiscal*. Lima: Gaceta Jurídica.
- Ramón, G. (2014). *Corrupción, ética y función pública en el Perú*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos.
- Rodríguez, F., Barrios, I., & Fuentes, M. (2017). *Introducción a la metodología de las investigaciones sociales* (Primera ed.). La Habana, Cuba: Editora Política.
- Rojas, M. (2017). *Evolución de la tributación en el Perú*. Lima: Gestiópolis.
- Ruiz, F. (2017). *Potestad tributaria de los gobiernos regionales y locales*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Tavares, M. (2014). *El desafío de la sostenibilidad ambiental en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Naciones Unidas.
- Villanueva, C. (2016). *Acceso a la información pública*. Lima: Programa Pro Descentralización de USAID.

A

Administração 10, 11, 13, 14, 24, 25, 27, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 87, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 114, 116, 117, 124, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 229, 230, 232, 240, 264, 297

Agricultura familiar 1, 2, 3, 5, 6, 9, 86, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 101, 102, 105

Agroecologia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9

Agronegócio 70, 73, 86, 98, 106

Aperfeiçoamento 129, 131, 133, 134, 142, 145, 146

Aplicabilidade da RSE 265

Aprendizagem 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 33, 65, 66, 67, 110

Aquisição 63, 97, 98, 101, 104, 106, 108, 193, 227, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 247, 250, 251

Assessoria 4, 9, 91, 93, 98, 100, 104

Ativos intangíveis 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253

Autoridade 149, 156, 158

B

Bahia 70, 73, 75, 85, 86, 87, 88, 89

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 8, 25, 36, 62, 70, 71, 72, 76, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 101, 105, 106, 107, 108, 120, 121, 125, 126, 127, 131, 132, 134, 146, 147, 150, 159, 160, 162, 240

C

Comportamento 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 46, 49, 51, 53, 60, 61, 62, 63, 65, 68, 116, 123, 155

Compra 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 58, 60, 61, 63, 105, 167, 193, 229, 232, 247

Comunicação 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 34, 35, 46, 49, 54, 61, 66, 68, 111, 114, 117, 118, 123, 136, 140, 142, 144, 231, 297

Conhecimento 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 37, 65, 67, 68, 69, 101, 107, 110, 113, 118, 119, 123, 124, 132, 136, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 155, 156, 157, 158, 232, 242, 252, 255, 257

Consultoria 91, 92, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 104

Consumidor 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 49, 51, 53, 55, 60, 61, 62, 63,

98, 262

D

Desenvolvimento sustentável 1, 2, 3, 76, 86, 95, 98, 107, 121, 122, 124, 125, 126, 257, 258, 259, 265, 266, 270

Direito administrativo 106, 107, 149, 151, 157, 162, 163

E

Ecovida 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Educação 5, 16, 24, 90, 92, 97, 98, 105, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 297

Empreendedorismo 119, 120, 121, 123, 126, 127, 140

Empreendimento 100, 119, 120, 121, 122, 125

Empresas 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 44, 45, 46, 49, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 69, 89, 97, 101, 105, 109, 110, 112, 113, 115, 117, 126, 132, 166, 167, 168, 175, 182, 190, 201, 204, 209, 210, 214, 216, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 249, 251, 252, 256, 257, 262, 297

Escola de Governo 129, 136, 147

Estratégias de RSE 265

F

Feminino 27, 28, 29, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 138

Formação 22, 31, 67, 69, 103, 110, 122, 123, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 229, 245, 248, 250

Fresnillo 218, 219, 221, 225

Fusões 227, 228, 229, 230, 235, 236, 239, 240

G

Gestão 2, 3, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 34, 55, 63, 70, 76, 77, 79, 82, 85, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 127, 130, 132, 134, 135, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 229, 230, 239, 240, 241, 250, 251, 253, 254, 257, 261, 262, 263, 297

Governança 24, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 124, 136

I

Informação 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 76, 100, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 136, 142, 145, 146, 231, 237, 243, 244, 245, 250, 251, 252, 254, 257, 262, 264

Inovação 13, 18, 65, 97, 110, 118, 119, 123, 126, 136, 140, 142, 244, 245, 297

J

Jogos 64, 65, 66, 67, 68, 69

L

Liderança 26, 67, 68, 96, 132, 135, 136

M

Marketing 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 49, 53, 56, 60, 61, 62, 63, 107, 147, 192, 193, 194, 198, 199, 200, 210, 222

Mel 91, 93, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 108

Mercado 4, 5, 6, 9, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 38, 55, 60, 65, 66, 68, 87, 91, 95, 98, 100, 102, 103, 104, 110, 123, 126, 135, 147, 167, 193, 209, 229, 230, 231, 232, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 246, 248, 249, 252, 255, 257, 260, 261, 262, 263

Merenda 91, 93, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 108

México 126, 127, 164, 175, 190, 192, 193, 218, 297

Mobilidade 119, 120, 121, 122, 124, 264

Mudança 10, 11, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 91, 104, 130, 140, 231, 246, 261

Mulher 27, 28, 29, 30, 35, 40, 50, 60, 62, 138

O

Obras públicas 177, 178, 185, 186, 189

Organizações 2, 4, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 65, 68, 95, 110, 111, 112, 135, 229, 243, 245, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263

P

Poder 15, 27, 31, 32, 35, 51, 61, 67, 68, 88, 92, 94, 101, 102, 103, 104, 116, 133, 140, 149, 150, 151, 152, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 168, 171, 193, 207, 230, 247, 248, 262

Portugal 110, 118, 127, 227, 242, 243, 244

Práticas de RSE 265, 273, 275, 278, 279, 280, 284, 286, 289, 290, 293, 294

Processo administrativo disciplinar 149, 150, 152, 153, 158

R

Reestruturação 101, 110, 227, 228, 229, 236, 238, 240

Responsabilidade social da empresas 265

Restaurantes 193

Rio de Janeiro 9, 24, 69, 71, 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 127, 128, 146, 147, 148, 162, 163, 253, 264

S

Saneamento 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90

Servidores públicos 129, 130, 131, 132, 135, 137, 139, 143, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 161, 162

Soberania alimentar 1, 2, 3, 5, 8, 9

Sustentável 1, 2, 3, 8, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 86, 95, 98, 107, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 135, 228, 231, 256, 257, 258, 259

T

Tecnologia 4, 24, 74, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 100, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 123, 126, 136, 142, 193, 297

Trânsito 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 153

U

Universidade 1, 24, 25, 90, 106, 107, 108, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 136, 147, 240, 263, 297

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ADMINISTRAÇÃO:

Gestão, liderança e inovação 3



Atena
Editora

Ano 2022

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ADMINISTRAÇÃO:

Gestão, liderança e inovação 3



 **Atena**
Editora

Ano 2022